

# Sentir para conhecer: emoção como mediação crítica na leitura de autorias negras na Iniciação Científica

Feeling to know: emotion as critical mediation in the reading of black authors in Scientific Initiation

Sentir para saber: la emoción como mediación crítica en la lectura de autores negros en Iniciación Científica

*Andressa de Sousa Santos Ferreira<sup>1</sup>*

## RESUMO

Este artigo analisa produções textuais de discentes de Iniciação Científica, com ênfase teórico-emocional, a partir da leitura de Davis (2016). A análise de conteúdo evidenciou as emoções como dimensão fundamental da escrita acadêmica para a formação crítica. Além de mobilizar que a produção técnica deve ser pensada enquanto prática política a partir do feminismo negro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Emoção. Feminismo Negro. Interseccionalidade. Prática pedagógica.

## ABSTRACT

This article analyzes the textual productions of Scientific Initiation students, with a theoretical-emotional emphasis, based on the reading of Davis (2016). The content analysis highlighted emotions as a fundamental dimension of academic writing for critical training. In addition to mobilizing that technical production should be thought of as a political practice based on black feminism.

**KEYWORDS:** Emotion. Black Feminism. Intersectionality. Pedagogical Practice.

## RESUMEN

Este artículo analiza las producciones textuales de estudiantes de pregrado, con un énfasis teórico-emocional, a partir de la lectura de Davis (2016). El análisis de contenido destacó las emociones como una dimensión fundamental de la escritura académica para la formación crítica. También movilizó la idea de que la producción técnica debe ser pensada como una práctica política basada en el feminismo negro.

**PALABRAS CLAVE:** Emoción. Feminismo Negro. Interseccionalidad. Práctica Pedagógica.

\* \* \*

## 1 Introdução

---

<sup>1</sup> Professora efetiva do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCIS). Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: [assferreira@uefs.br](mailto:assferreira@uefs.br).

A crítica feminista à ciência possibilitou a subversão de modos e metodologias aplicadas à educação universitária que pressupõe a indissolubilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Assim, lentes de gênero, de raça e queer têm sido consideradas legítimas para a definição de fenômenos, incorporação de referenciais temáticos, ampliação das agendas de pesquisa, atualização de componentes curriculares e dilatação de alcance de demandas sociais nas práticas extensionistas, em função do tensionamento provocado pelo(s) feminismo(s) acadêmico (Ferreira; Concha; Aras, 2024).

De modo que, a educação universitária brasileira nas últimas décadas, impulsionada pelas políticas afirmativas de ingresso discente e de concursos docentes, tem observado a repercussão do impacto feminista e antirracista em diversas áreas do conhecimento, provocando novos desafios nas pedagogias em uso. Segundo Ferreira, Araújo e Souza (2024), a consciência de raça e gênero impulsionam a experiência docente para repensar a lógica vigente e construir uma outra percepção do espaço acadêmico via reconhecimento, identidade e ativismo nos processos individuais e coletivos da formação socioprofissional.

Este artigo objetiva refletir sobre o impacto da epistemologia feminista negra no processo de Iniciação Científica (IC) de discentes do curso de bacharelado em Administração da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Bahia. A prática utilizada tomou como referência a noção de conhecimento situado (Haraway, 1995) e a escrita com base nas emoções provocadas a partir da leitura de autorias negras. A proposta visou integrar subjetividade e ciência na construção do saber acadêmico.

As produções analisadas foram desenvolvidas como ação de projetos aprovados pelo Edital nº 01/2024 da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UEFS que abordam afroempreendedorismo feminino e empresas familiares. Considerando a natureza interseccional da IC, configura-se como etapa formativa para a construção de saberes emancipatórios, voltados à redução das desigualdades no contexto empresarial e social.

A metodologia da IC compreendeu três ciclos formativos: feminismo negro, interseccionalidade e afroempreendedorismo em que foram estudadas obras de Davis (2016), de Gonzalez (1984) e de Akotirene (2019). Os encontros, realizados semanalmente entre outubro e dezembro de 2024, incluíram exposições temáticas, rodas de discussão e produção de fichamentos, sempre mediados pela docente coordenadora.

Nesse processo, foi realizada uma oficina de escrita científica, inspirada no artigo “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo” de Gloria Anzaldúa (2000). A atividade propôs a escrita de uma redação sobre as emoções despertadas pela leitura de Davis (2016). Essa proposta buscou unir os conteúdos dos ciclos formativos à subjetividade discente, demonstrando como a escrita feminista negra emerge das dores, saberes e experiências singulares.

As produções textuais foram desenvolvidas individualmente pelas/o discentes e revisadas pela coordenadora docente, possibilitando reconhecer as especificidades de gênero e raça, a partir das noções de mulheridade e masculinidade como dimensões constitutivas da construção do conhecimento. Ressalta-se que com o intuito de assegurar o sigilo e a confidencialidade discentes, adotou-se a identificação por meio de códigos alfanuméricos: Escritora 1 (a bolsista), Escritora 2 (a voluntária) e Escritor 3 (o bolsista). Assim, a análise das produções foi realizada com base em Bardin (1977), considerando três categorias: i) emoções provocadas; ii) autorias utilizadas como suporte para a discussão da obra de Davis (2016); iii) temas abordados.

Dessa maneira, justifica-se esta pesquisa, considerando a possibilidade de contribuir ao debate acadêmico sobre as relações entre gênero, raça e educação enquanto *práxis*; além de visibilizar a Iniciação Científica comprometida com práticas feministas e antirracistas. Ademais, pretende-se ressaltar que é possível construir um plano de trabalho de IC promotor de

aprendizado e produtividade acadêmicos alinhados ao projeto político de combate às opressões nos vieses agnotológicos<sup>2</sup> da ciência.

## 2 Epistemologia feminista negra e a ciência feminista

Tendo em vista que bases materiais distintas constroem visões de mundo diversas, a ciência feminista promoveu a principal crítica à ciência tradicional, que se desenvolveu sob noções de objetividade e neutralidade (Andery; Sério, 1988). Paradoxalmente, observa-se que a objetividade e neutralidade, premissas do positivismo, falham na tentativa de estabelecer para as ciências sociais o padrão analítico das ciências naturais, consideradas hierarquicamente superiores (Sardenberg, 2002). Além disso, a defesa positivista de uma ciência objetiva e neutra ignora as problematizações existentes na sociedade; e que o conhecimento está condicionado a fatores históricos, culturais, socioeconômicos e políticos.

Desse modo, as teorias feministas propõem o rompimento com tais conceitos ao defender que todo conhecimento produzido é localizado/situado (Haraway, 1995; Harding, 1996), pois as pessoas que desenvolvem pesquisas o fazem por marcadores que as caracterizam, tais como: raça, gênero, classe social, cultura etc. A localidade é posta em noção social para evidenciar as desigualdades e hierarquias de poder na produção científica, afetando para grupos e agendas de pesquisa.

Segundo Donna Haraway, (1995, p. 20-21), “a objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto”. Ou seja, objetividade incorpora posicionamento, responsabilidade e prestação de contas no fazer científico, seja social ou natural. Dessa forma, Sandra Harding (1996) propõe

---

<sup>2</sup> A agnotologia critica o viés “não” consciente de sexo e gênero que se transforma em uma política cultural da ignorância presente na ciência e na tecnologia. Veja mais em: SCHIEBINGER, Londa. Expandindo o kit de ferramentas agnotológicas: métodos de análise de sexo e gênero. Tradução de Cecília Maria Bacellar Sardenberg. *Revista Feminismos*. 03, 2014, p. 85-103.

pensar uma “objetividade forte” (ou robusta; corporificada) para refutar a narrativa patriarcal e (cis)heteronormativa.

Por sua vez, o feminismo negro ressalta a vertente perspectivista do feminismo como “uma das principais expressões da teoria do ponto de vista (*standpoint theory*)”, segundo Luiza Bairros (1995, p. 462). A partir da raça, a teorização constrói o alinhamento entre as categorias mulher, experiência e política pessoal. Assim, cinco pilares fundamentam o ponto de vista feminista (Bairros, 1995): i) o legado, vinculado à memória e resistência; ii) a intersecção entre raça, gênero e classe; iii) o combate às imagens de controle; iv) o papel de liderança de mulheres em diversos espaços; v) e a política sexual.

No Brasil, o termo “lugar de fala” ficou amplamente conhecido com a obra de Ribeiro (2017), inclusive mobilizando o debate nas redes sociais, promovendo a popularização sobre conhecimento situado. O uso do “novo” termo pode ser visto como estratégia de “tradução” do academicismo para alcançar grupos sociais que nem sempre disputam tal espaço. Mais que isso, o uso político de “lugar de fala” tem potencial de promover discussões iniciais e influenciar a luta cotidiana de resistência de minorias. Porém, também vale exortar sobre o risco de esvaziamento do termo traduzido.

Dessa forma, pensar a contribuição da epistemologia feminista negra é base para a construção do pensamento feminista negro (Collins, 2019) que passa a validar a reflexão que mulheres negras fazem através das próprias experiências pode desenvolver e reivindicar o conhecimento. Por isso, acreditamos na prática pedagógica que partilha a epistemologia feminista negra, considerando as contribuições para o cenário das universidades brasileiras, constantemente atravessadas por racismo e sexismo.

Nessa lógica, a experiência pode ser acessada através da emoção que conecta a memória com o fato. Por isso, Gloria Anzaldúa (2000, p. 235) convoca as mulheres terceiro-mundistas à escrita:

Escreva sobre o que mais nos liga à vida, a sensação do corpo, a imagem vista, a expansão da psique em tranquilidade: momentos de alta intensidade, seus

movimentos, sons, pensamentos. Mesmo se estivermos famintas, não somos pobres de experiências.

A emoção despertada pela experiência promove um diferencial para o processo de construção do conhecimento ao validar a intelectualidade da mulher negra (Collins, 2019). Importa destacar que a emoção aqui referenciada se alinha ao conceito proposto por Accioly e Athayde (1996, p. 22) enquanto “reação organísmica total, coordenada pelo cérebro ante estímulos externos e/ou internos, promovendo condutas adequadas para preservação da vida, ante ameaças e para sua manutenção e da espécie”. Nesse sentido, a preservação da vida envolve as instâncias de ação gerar, expressar e manter.

Além disso, Accioly e Athayde (1996) apresentam quatro categorias para a emoção: em relação à espécie; à origem; ao movimento interpessoal; e à propriocepção. Quanto à espécie, existem as emoções básicas (alegria, medo, tristeza, raiva, nojo), podendo ocasionar variações descendentes. Em relação à origem, a emoção pode ser inata (genética e no impulso à vida) ou programada (influência relacional) que são aprendidas na relação familiar e/ou na coletividade pelos aspectos culturais. Em se tratando do movimento interpessoal, classificam-se em emoções conjuntivas por evocarem as relações com outras pessoas para se manifestarem (alegria, afeto etc.); e as emoções disjuntivas que denotam o afastamento social (medo, tristeza). Quanto à propriocepção, as emoções que geram bem-estar são nominadas de euforizantes (alegria, sexo) e as que causam mal-estar, disforizantes (medo, tristeza).

### **3 Prática pedagógica e emoção: entre e por olhares interseccionais**

A presente seção apresenta as produções resultantes da prática pedagógica a partir da emoção como mediação crítica na leitura de autorias negras na Iniciação Científica. Por meio das narrativas de três pesquisadoras/es, foi possível compreender como experiências individuais,

marcadas por distintas formas de opressão e resistência, podem contribuir para reflexões críticas no campo educacional. O primeiro subtópico aborda as vivências da Escritora 1 com ênfase para a discussão entre raça, gênero e trabalho. Em seguida, a Escritora 2 enfatiza as estratégias de sobrevivência e resistência de mulheres negras, revelando caminhos de enfrentamento construídos no passado colonial e no cotidiano. Por fim, o último subcapítulo apresenta o relato do Escritor 1, um homem negro em processo de aproximação ao feminismo, destacando os deslocamentos subjetivos implicados nesse percurso. Ao entrelaçar emoção e prática pedagógica, esta seção evidencia a potência das experiências interseccionais como instrumento teórico e metodológico para a análise das dinâmicas educativas.

### **3.1 Escritora 1: Mulheridade negra e repercussões no mercado de trabalho**

O livro nos traz uma mistura de sentimentos que Davis (2016) desperta ao contar a história de opressão e da luta das mulheres negras. A leitura me deixou enfurecida ao conhecer a dura realidade da escravidão e perceber como essas mulheres enfrentavam diferentes formas de violência: não apenas física e emocional, mas também sexual. “Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas” (Davis, 2016, p. 25).

Devido ao machismo, as mulheres negras enfrentavam uma violência ainda mais brutal, já que, além da opressão racial, elas eram submetidas a um regime de abuso sexual e de gênero, sofrendo assim abusos que seus pares masculinos não vivenciavam na mesma medida. O livro ainda traz à tona memórias que são difíceis de esquecer, como a brutalidade com que os donos de escravos tratavam as mulheres:

[...] Por isso, a capacidade reprodutiva das escravas passou a ser valorizada. Nas décadas que precederam a Guerra Civil, as mulheres negras passaram a ser cada vez mais avaliadas em função de sua fertilidade (ou da falta dela): aquela com potencial para ter dez, doze, catorze ou mais filhos era cobiçada como um verdadeiro tesouro (Davis, 2016, p. 25).

Fui tomada por uma mistura de admiração e impotência, especialmente ao perceber como as marcas da escravidão ainda estão presentes na vida das mulheres negras. A luta delas por direitos, mesmo em meio à violência brutal do sistema escravista e suas heranças, inspira um profundo respeito. Davis descreve com detalhes como durante a escravidão, as mulheres negras eram alvos frequentes de abusos sexuais, uma violência que a emancipação não interrompeu. “Mulheres de cor eram consideradas como presas autênticas dos homens brancos” e, se ousassem resistir, muitas vezes eram jogadas na prisão, onde se tornavam ainda mais vulneráveis, experimentando o que Davis chama de “um retorno a outra forma de escravidão” (Davis, 2016, p. 99).

Segundo Gonzalez, a exploração da mulher negra persistiu mesmo após o fim da escravidão, especialmente no mercado de trabalho formal no Brasil, onde a figura da empregada doméstica “nada mais é do que a mucama permitida, [...] o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (Gonzalez, 1984, p. 8). A autora exemplifica a discriminação enfrentada pelas mulheres negras da classe média, muitas vezes obrigadas a entrar pela porta de serviço, mesmo quando educadas e bem vestidas pois ainda são associadas a um papel subalterno na sociedade. Essa herança da escravidão permanece visível até hoje na subvalorização de mulheres negras no mercado de trabalho, revelando como a violência e o machismo estruturam essa trajetória histórica.

Ler este livro foi como abrir os olhos para uma realidade que eu sabia que existia, mas nunca tinha realmente parado para entender em profundidade. Compreender o aborto na vida das mulheres negras escravizadas me fez perceber quão devastadora era a luta delas. Para muitas, o aborto não era apenas uma escolha, mas um ato de resistência contra uma vida repleta de abusos e sofrimento. Essa reflexão se torna ainda mais pertinente quando pensamos na atual discussão sobre a legalização do aborto no Brasil, onde os direitos e a autonomia das mulheres, especialmente das que estão em situações vulneráveis, estão em jogo.



A cada página lida, surgiram sentimentos, questionamentos e respostas sobre o que significa ser mulher, negra e pobre em uma sociedade que insiste em apagar e silenciar essas vozes. Davis (2016) ilustra como, na primeira década do século XX, mais de 2 milhões de mulheres negras já faziam parte da força de trabalho nos EUA, mas enfrentavam restrições e discriminações interseccionais - por sexo, raça e classe - que limitavam o acesso ao próprio movimento sufragista. “Mas o racismo operava de forma tão profunda no interior do movimento sufragista feminino que as portas nunca se abriram de fato às mulheres negras” (Davis, 2016, p. 146). A discussão trazida por Davis sobre a exclusão histórica das mulheres negras no feminismo segue atual e se estende a outros espaços, como o acadêmico.

No cenário contemporâneo, Ferreira, Concha e Aras (2024) ressaltam essa exclusão no feminismo acadêmico, onde mulheres negras enfrentam barreiras semelhantes às do passado, como a falta de reconhecimento de suas experiências e pautas. Para Akotirene (2019), compreender essas opressões por meio da interseccionalidade é essencial para decifrar como raça, classe e gênero se entrelaçam na construção dessas identidades subalternas. Ela afirma que “sem embargo, às feministas negras não resta alternativa intelectual senão a de abarcar o transatlântico e dar sentidos, além da cosmovisão colonial, às relações de poder reconfiguradas pela modernidade” (Akotirene, 2019, p. 25), utilizando a interseccionalidade para analisar como essas opressões são reorganizadas ao longo da história.

A interseccionalidade torna-se, então, uma ferramenta para identificar o funcionamento dessas opressões, não apenas de raça e classe, mas também de gênero. “Interseccionalidade revela o que classe pode dizer de raça, da mesma forma que raça informa sobre classe. 'Raça é a maneira como a classe é vivida,' conforme ensina Angela Davis” (Akotirene, 2019, p. 30). Em seu entendimento, essa análise ajuda a reconhecer a complexidade das relações de poder, onde mulheres negras não só são afetadas pelo racismo de feministas brancas e pelo machismo de homens negros, mas também exercem “técnicas adultistas, cisheterossexistas e de privilégio acadêmico” (Akotirene,

2019, p. 27), mostrando que o poder é multifacetado e não se reduz a uma única identidade.

Ao mesmo tempo, a interseccionalidade permite entender as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras nos diferentes aspectos de suas vidas. Akotirene observa que as violências vividas por essas mulheres não apenas atravessam raças, classes e gerações, mas também são estigmatizadas pelos próprios aparelhos de Estado, uma vez que elas “são moradoras de espaços considerados perigosos, identificados como pontos de tráfico de drogas pelas mídias televisivas” (2019, p. 40). Assim, mesmo fora do contexto escravista, as mulheres negras são empurradas para a margem, suas queixas muitas vezes invisibilizadas pelo preconceito social e institucional.

A leitura do livro desperta um sentimento de responsabilidade, de que todos nós temos um papel nessa luta. Quando uma mulher negra se opõe à opressão, ela luta não só por si, mas também por todos que sofrem injustiças. Nós, enquanto leitoras, somos convocados a fazer parte dessa luta, seja em pequenas ações do dia a dia, seja em mudanças mais amplas na forma como a sociedade enxerga e reconhece essas histórias. Davis enfatiza a importância de se compreender as experiências das mulheres negras no período escravocrata, pois isso contribui não só para a “precisão histórica”, mas também para “esclarecimentos sobre a luta atual das mulheres negras e de todas as mulheres em busca de emancipação” (Davis, 2016, p. 24).

Discutir esses temas é essencial para o campo da administração, das organizações e do mercado de trabalho, pois as marcas das opressões históricas ainda estão presentes nas barreiras que muitas mulheres negras enfrentam. A invisibilidade e desvalorização de suas contribuições no ambiente de trabalho refletem um ciclo de exclusão que começa na sociedade e se perpetua dentro das empresas. Como Davis afirma, entender as experiências das mulheres negras “não é apenas pela precisão histórica”, mas pelas “lições que ele pode reunir sobre a era escravista” e pelo impacto que

essas reflexões trazem “sobre a luta atual das mulheres negras e de todas as mulheres em busca de emancipação” (Davis, 2016, p. 24).

Para as organizações, entender essas dinâmicas é fundamental se queremos construir ambientes mais igualitários e acolhedores. Esse conhecimento não deve servir apenas para relatórios ou ações pontuais, mas para decisões reais que valorizem todos os profissionais e desafiem padrões históricos de exclusão. Em última instância, uma gestão que reconheça e enfrente essas desigualdades contribui para uma sociedade mais justa e honesta com sua história. A responsabilidade, portanto, recai sobre todos nós - questionando e mudando práticas que, mesmo que invisíveis para alguns, continuam a afetar as oportunidades e o reconhecimento de tantas mulheres negras.

### **3.2 Escritora 2: As estratégias de sobrevivência e resistência**

Durante a leitura, logo no primeiro capítulo da obra: *Mulheres, raça e classe* de Davis me veio o sentimento de incômodo ao perceber o que a feminilidade significou ao longo dos anos a mulher negra, nunca tratada com gentileza, cuidado, ou cavalheirismo, sempre vista como ferramenta de reprodução, e de igual modo ao homem, obrigada a trabalhar em serviços pesados, como dito no texto:

Nas palavras de um acadêmico, 'a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa'. A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias (Davis, 2016, p. 24).

Antes do século XIX, as raízes das ideologias racistas e sexistas que desumanizavam o povo negro já estavam enraizadas desde o início da colonização, a partir do século XV. Desde essa época, o colonialismo europeu caracterizou e estigmatizou os povos africanos como violentos, primitivos e

naturalmente propensos à violência, criando uma visão distorcida que justificava sua exploração e subjugação.

Lélia Gonzalez, filósofa e ativista influente, foi pioneira no Brasil ao estudar as raízes coloniais e imperialistas dessas ideologias. Ela mostrou como essas raízes contribuíram para a construção de estereótipos que, ao longo do tempo, impactaram profundamente a forma como as pessoas negras, especialmente as mulheres, são vistas e tratadas na sociedade. Sua obra revela como o racismo e o sexismo têm suas bases no sistema colonial, e como esses preconceitos estruturais perpetuam a marginalização das pessoas negras, afetando de maneira ainda mais severa as mulheres. Estas eram vistas como meras ferramentas de reprodução, enquanto seus desejos e sua feminilidade eram constantemente negados e desvalorizados, como Davis traz também em seus escritos:

Nas décadas que precederam a Guerra Civil, as mulheres negras passaram a ser cada vez mais avaliadas em função de sua fertilidade (ou da falta dela): aquela com potencial para ter dez, doze, catorze ou mais filhos era cobiçada como um verdadeiro tesouro. [...] Elas eram 'reprodutoras' – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar. (Davis, 2016, p. 25).

A citação de Angela Davis evidencia a desumanização das mulheres negras, especialmente nas décadas que precederam a Guerra Civil. Ao descrevê-las como "reprodutoras" cujo valor era medido pela capacidade de gerar filhos, Davis expôs a brutalidade com que essas mulheres eram tratadas, sendo comparadas a animais, com crianças que podiam ser vendidas e separadas delas como bezerros de suas mães. A autora traz um viés de conscientização sobre essa realidade, mostrando a maneira subjugada e utilitária como as mulheres negras eram vistas, reduzidas a um valor monetário e desprovidas de qualquer reconhecimento de sua humanidade ou feminilidade.

Ainda em minhas reflexões, me senti extremamente triste e enojada ao perceber através da leitura como o abuso sexual em particular a essas mulheres negras e escravas, não se relacionava apenas ao estritamente ao

desejo de possuir, mas de impor a suas vontades, é aterrorizante perceber que elas nunca foram vistas como, meninas, mulheres. Nesse sentido, Davis (2016) evidencia a encruzilhada enfrentada pelas mulheres negras, sujeitas a formas de opressão específicas devido à intersecção entre o racismo e o sexismo. Sofriam não apenas a desumanização da escravidão, mas também abusos sexuais e maus-tratos que, devido ao seu gênero, eram infligidos exclusivamente a elas. A postura dos senhores de escravos variava conforme a conveniência: em momentos de trabalho árduo, as mulheres negras eram tratadas como desprovidas de gênero; porém, quando o abuso sexual era oportuno, elas eram reduzidas à condição de "fêmeas".

Essa situação ilustra o conceito de interseccionalidade, desenvolvido por Kimberlé Crenshaw, que analisa como diferentes sistemas de opressão se sobrepõem para criar uma experiência de marginalização única (Akotirene, 2019). Além de serem negras, eram mulheres; além de mulheres, eram pobres e escravizadas, o que as colocava em uma posição de extrema vulnerabilidade. Patrícia Hill Collins (2017) reforça essa perspectiva ao discutir a “matriz de dominação”, que se aplica às mulheres negras, refletindo a complexidade das opressões interligadas a que estão submetidas. Já Djamila Ribeiro (2017) e Carla Akotirene (2019), trazendo o conceito para a realidade brasileira, destacam que a interseccionalidade é essencial para entender a especificidade das experiências das mulheres negras, mostrando que as opressões de raça, gênero e classe estão intrinsecamente conectadas e moldam profundamente suas vidas. Em "Interseccionalidade", Akotirene (2019) argumenta que a interseccionalidade é crucial para a luta por justiça social, pois permite visibilizar as experiências de quem está à margem e, assim, propõe uma análise mais profunda das desigualdades sociais.

O estupro, nesse contexto, era uma ferramenta de controle social e econômico: "O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras" (Davis, 2016, p. 26). Ele servia para afirmar a posse do corpo da mulher negra, transformando-a em um objeto de

propriedade, tal como a terra e os recursos que eram explorados. Essa forma de violência sistemática desumaniza as mulheres, negando-lhes não apenas sua autonomia sexual, mas também sua dignidade e identidade.

Além disso, a cultura do estupro que permeava a sociedade escravocrata se alimentava de estereótipos raciais que retratavam as mulheres negras como promíscuas e disponíveis, legitimando (tal necessidade de legitimação da violência foi dito por Lélia Gonzalez (1984), desde seus pensamentos sobre as raízes do machismo e sexismo), assim, a violência contra elas. O racismo e o sexismo, interligados, criavam um cenário em que a opressão das mulheres negras era normalizada e sistematizada, reforçando a ideia de que suas vidas e corpos eram subordinados às vontades dos homens brancos.

Essa dinâmica de controle e subjugação se perpetuou mesmo após a abolição da escravidão, refletindo em práticas de violência de gênero que continuam a afetar as mulheres negras até os dias de hoje. A análise de Davis, portanto, não apenas ilumina as condições históricas das mulheres negras, mas também convida à reflexão sobre as interseções entre raça, gênero e poder que ainda operam na sociedade contemporânea. Afinal, “[...] o estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros (Davis, 2016, p. 36).

Neste tocante pude perceber como desde o decorrer dos séculos tal problemática que é a coerção sexual e o estupro sempre passaram por tentativas de “justificação”, responsabilizando a vítima, suas roupas, seu comportamento, o que gera um sentimento de revolta e ainda nos dias de hoje, vulnerabilidade.

Apesar dos testemunhos de escravas e escravos sobre a alta incidência de estupros e coerção sexual, o tema tem sido mais do que minimizado na literatura tradicional sobre a escravidão. Às vezes, parte-se até mesmo do princípio de que as escravas aceitavam e encorajavam a atenção sexual dos homens brancos. O que acontecia, portanto, não era exploração sexual, mas 'miscigenação'. Em um trecho de *A terra prometida* dedicado ao sexo inter-racial, Genovese defende que o problema do estupro é menos relevante do que

o dos severos tabus que cercavam a miscigenação. 'Muitos homens brancos', diz o autor, 'que começaram a se relacionar com uma jovem escrava em uma atitude de exploração sexual acabaram se apaixonando por ela e pelas crianças que ela teve (Davis, 2016, p. 37).

Essa minimização é particularmente evidente em algumas análises que reinterpretam o estupro como "miscigenação". Essa perspectiva não apenas desconsidera a natureza coercitiva das relações entre senhores brancos e escravas, mas também romanticiza e desumaniza a experiência da mulher negra. A ideia de que as escravas aceitavam ou até encorajavam a atenção sexual dos homens brancos perpetua estereótipos raciais que retratam as mulheres negras como promíscuas, abrindo espaço para a normalização da violência sexual como parte da dinâmica racial e de poder na sociedade escravocrata (Davis, 2016).

O trecho mencionado de "A Terra Prometida", de Eugene Genovese, reflete uma tentativa de suavizar a realidade do estupro ao sugerir que as relações inter-raciais poderiam evoluir para um amor genuíno, desconsiderando a coerção e o contexto de subjugação. Essa visão ignora a brutalidade do sistema escravista, onde o corpo da mulher negra era um objeto de propriedade e exploração, sem qualquer reconhecimento de sua autonomia e dignidade (Davis, 2016).

Por fim, além de tudo ao ler esta incrível obra pude sentir orgulho ao perceber como as estratégias de sobrevivência da mulher negra, que hoje é considerada como empreendedorismo, é uma das ferramentas de resistência. Elas estiveram lutando no passado, continuam em busca do seu espaço hoje e creio que será uma luta persistente em prol de desmontar a estrutura que ora a vê como "apenas uma mulher" ora como "igual" em sentidos de trabalho e intelectualidade.

Essas mulheres podem ter aprendido a extrair das circunstâncias opressoras de sua vida a força necessária para resistir à desumanização diária da escravidão. A consciência que tinham de sua capacidade ilimitada para o trabalho pesado pode ter dado a elas a confiança em sua habilidade para lutar por si mesmas, sua família e seu povo (Davis, 2016, p. 24).

As estratégias de resistência e sobrevivência adotadas por mulheres negras são ferramentas essenciais para enfrentar as opressões impostas por seus "fatores". Mesmo negadas, subjugadas e violentadas, essas mulheres encontraram na autonomia de suas atividades um sopro de liberdade. É como se, apesar de se sentirem afundando, ainda reivindicassem o direito a um sopro de vida. Esse direito, que foi e continua sendo buscado por essas mulheres, é expresso em sua luta diária por autonomia e dignidade.

O conceito de interseccionalidade é real e presente nas vidas dessas mulheres sobreviventes, que continuam a lutar pelo seu direito a essa liberdade. Suas ações diárias, que demonstram resistência e garra, incluem ser mães, educadoras e empreendedoras. Elas vendem acarajé, fazem serviços domésticos, preparam bolos em casa, produzem artesanato e comercializam legumes na feira. Essas atividades não são meramente econômicas; elas são formas de afirmação e resistência.

Ao olhar ao meu redor, e após conhecer pensadoras e intelectuais tão inspiradoras como Carla Akotirene, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, percebo que essas mulheres não são apenas empreendedoras. Muitas vezes, estão à margem do mercado formal, e essa invisibilidade pode servir como uma justificativa para ocultar a verdadeira natureza de suas lutas. Elas são sobreviventes das encruzilhadas que atravessam, enfrentando os desafios do machismo, do sexismo e da misoginia.

Frequentemente, essas mulheres são "empreendedoras" não registradas, sem acesso a crédito, benefícios ou informações que os dominadores do mercado geralmente possuem. Para elas, essa autonomia representa o único espaço onde se sentem seguras e com liberdade para expor suas ideias sem medo de serem subjugadas. A luta por essa autonomia é, portanto, uma luta por reconhecimento, dignidade e igualdade, desafiando as narrativas que tentam reduzir suas identidades a estereótipos limitantes.

Essas mulheres, por meio de suas ações cotidianas, não apenas sobrevivem, mas também reafirmam suas identidades e desafiam as



estruturas opressivas que buscam desumanizá-las. A visibilidade de suas lutas é essencial para compreender as complexas dinâmicas sociais e econômicas que moldam suas vidas, além de reivindicar o reconhecimento de suas contribuições à sociedade como um todo. Assim, sua resistência se torna uma poderosa afirmação de vida e de força, que ecoa além das limitações impostas pela opressão.

### **3.3 Escritor 3: Masculinidade negra e o despertar ao feminismo**

Após a leitura do livro “Mulheres, raça e classe” da Angela Davis (2016), fui provocado a relatar as emoções ativadas durante esse exercício, e para ser sincero, acabei fugindo do que me foi proposto por uma dificuldade em expressar os meus sentimentos e por talvez uma insegurança por não sentir na pele questões de gênero. E conseqüentemente, não ter como falar ou sentir de forma profunda como alguém que carrega aquilo consigo.

Por ser um homem negro de periferia, meu olhar sempre foi voltado para outras áreas, como questões raciais, a violência e a pobreza. Questões essas que desde sempre convivi e presenciei. E como seguindo um caminho natural (que fui ensinado a ver como), meus olhos e ouvidos se voltam para aquilo que tratava dessa realidade, tendo como exemplos o grupo Racionais MC's, o Sabotage, artistas do *boom bap* e *rap* em geral, Edson Gomes, Bob Marley, Jorge Amado, Muhammad Ali ou até mesmo Machado de Assis e suas críticas. Como pode ser observado, todos homens. Então, havia ali um pensamento sobre raça e classe, mas nunca sobre gênero.

Esse foco predominantemente masculino reflete um padrão mais amplo na construção da masculinidade negra, que é profundamente influenciada por uma perspectiva racializada e muitas vezes limitada pelo olhar externo. Frantz Fanon (2008, p. 26) afirma que “mesmo expondo-me ao ressentimento de meus irmãos de cor, direi que o negro não é um homem”. Esse pensamento provoca uma reflexão profunda sobre a vivência do homem negro, cuja masculinidade e autoimagem são frequentemente definidas pelo olhar externo. Como explica Aldeir Barreto, “o homem negro nunca é desassociado

de sua cor. Por isso, ele não é um homem, mas um homem negro, já que sua cor é um marcador que o faz diferente do padrão que se entende como universal — isto é, o homem branco” (Barreto, 2022, p.185).

Assim, o homem negro, apesar de ser homem, é colocado em uma posição de "outro" em razão de sua raça. Ele se vê, portanto, em um constante esforço para escapar dos estereótipos impostos pela branquitude e para compreender sua masculinidade complexa e marcada por uma história de dominação e estigmatização. Sobre esse desejo de não ser o “outro”, de construir uma autoestima e afirmar sua masculinidade, Fanon observa que o homem negro busca provar que também é homem, um semelhante.

Da parte mais negra de minha alma, através da zona de meias-tintas, me vem este desejo repentino de ser branco. Não quero ser reconhecido como negro, e sim como branco.

Ora – e nisto há um reconhecimento que Hegel não descreveu – quem pode proporcioná-lo, senão a branca? Amando-me ela me prova que sou digno de um amor branco. Sou amado como um branco. Sou um branco. Seu amor abre-me o ilustre corredor que conduz à plenitude...

Esposo a cultura branca, a beleza branca, a brancura branca. Nestes seios brancos que minhas mãos onipresentes acariciam, é da civilização branca, da dignidade branca que me apropriro (Fanon, 2008, p. 69).

Esse desejo ilustra o impacto psicológico do racismo, que leva o homem negro a internalizar ideais de masculinidade baseados na branquitude como forma de validação. Contudo, como aponta Barreto (2022, p. 192), essa busca por liberdade não significa necessariamente uma ruptura com as opressões do sistema, pois “[...] homens negros podem se opor ao racismo, porém, podem adotar e reivindicar para si padrões de masculinidade que se amparam na dominação masculina do patriarcado capitalista de supremacia branca, reproduzindo também a misoginia e seu ódio ao feminismo”.

Em outras palavras, pode haver uma consciência racial e de classe, mas uma cegueira quanto ao feminismo negro, resultando na reprodução de misoginia e no desprezo pelo feminismo. Assim, aqueles que foram referência para mim e para muitos meninos de bairros periféricos, como o grupo Racionais MC's, embora denunciem o racismo, a pobreza e a violência em

álbuns marcantes como “Holocausto Urbano”, também reforçam ideias machistas em músicas como “Mulheres Vulgares”. O que foi denunciado por Akotirene (2019) quando a intelectual diz que o movimento negro falha em contemplar a mulher negra pelo seu caráter machista, como visto nos álbuns do grupo.

O primeiro livro que li escrito por uma mulher negra foi já enquanto estudante da UEFS, “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, um livro que amei e que nunca saiu da minha cabeça, fazendo-me sempre refletir sobre determinados assuntos e mudando para sempre minha visão sobre outros. Sinto que Carolina Maria de Jesus (2014) me atingiu de uma forma especial, cresci em um bairro chamado Rua nova, o bairro mais negro de Feira de Santana, onde há grandes exemplos de figuras negras como Jorge de Angélica, considerado um ícone do *reggae* e o autor do álbum Sopa de Papelão e de sucessos como “Bahia Negra” e “Cobra Coral”; Maria Amália, que era considerada a ialorixá mais velha de Feira de Santana; Big Jackson, idealizador do projeto “Sai da rua menino” que oferece atividades culturais e esportivas a crianças e adolescentes, projeto esse que participei durante a infância aprendendo capoeira. E, além disso, diversas expressões culturais negras como a “Festa Black” e o grupo “Pomba de Malê”. Contudo, apesar de ser um dos bairros mais históricos e ricos culturalmente, é um bairro onde existe um retrospecto de muita violência, mortes, repressão policial e criminalidade, sendo esses fatores marcados na mente de quem vive no bairro e já normalizados no dia a dia desde a infância. Sinto que me encontrei em muitas coisas que a Carolina de Jesus aborda no livro.

Por volta de 2015, minha mãe se mudou para um condomínio “Minha casa, minha vida” no bairro Conceição, passei a ter uma rotina onde convivia nos dois ambientes (minha avó mora na rua nova). Então, se em um bairro já se percebe muitas coisas, em um condomínio fica ainda mais claro. Para Carolina de Jesus (2014), o “quarto de despejo” representa a favela como um lugar onde a sociedade despeja aqueles que considera descartáveis — os pobres, os negros, os esquecidos. Assim como um quarto de despejo de uma

casa é um espaço destinado a armazenar coisas que não têm mais utilidade, a favela é tratada pela sociedade como o lugar para onde vão os que ela não quer ver. Essa analogia vai além de uma descrição espacial e revela como a exclusão social é naturalizada e perpetuada.

Para Carolina de Jesus (2014), esse conceito simboliza o resultado de um sistema que desumaniza e negligência aqueles que estão à margem. A favela, como "quarto de despejo", evidencia o racismo, a desigualdade e a exclusão estrutural que determinam o destino de tantos brasileiros. No meu caso, sinto o mesmo com os condomínios, verdadeiros quartos de despejo, onde o povo é jogado para pontos distantes do centro da cidade, abandonados por qualquer atenção por parte do Estado, com esgoto ao ar livre dos bairros, extrema criminalidade, falta de creches e escolas, falta de hospitais, ruas de terra e difícil acesso ao centro, já que os transportes públicos nesses bairros são precários. Concluo que senti como certo tudo que li, me sentindo um verdadeiro objeto jogado em um quarto de despejo.

Pouco tempo depois, no mesmo semestre, tive um segundo contato, agora com a obra de Lélia Gonzalez, graças à minha orientadora. Agora, enquanto bolsista da iniciação científica, durante esse breve período observei como principal resultado a minha mudança como pessoa, me considerando, como diria Raul Seixas, uma metamorfose ambulante.

Retornando ao livro “Mulheres, Raça e Classe” de Angela Davis, durante uma reunião da iniciação científica, a professora nos propôs uma atividade singular: que escrevêssemos em um papel como nos sentimos ao ler Angela Davis, sem preocupações com formalidades científicas, mas para expressar livremente todas as emoções, materializando-as no papel. Essa atividade foi especialmente interessante, pois materializar as emoções ajuda na capacidade de lidar e entendê-las.

Em meu texto, me referi principalmente ao sentimento de esperança de um futuro melhor, pois observando as corajosas lutas das sobreviventes do passado é possível ver os resultados de suas batalhas e sonhar que os resultados das batalhas atuais também carregam um tão magnífico

progresso. No texto me referi a atos de rebeldia e força, como podemos observar em trechos como:

Resistiam ao assédio sexual dos homens brancos, defendiam sua família e participavam de paralisações e rebeliões. [...] elas envenenavam os senhores, realizavam ações de sabotagem e, como os homens, se juntavam às comunidades de escravos fugitivos, seguindo com frequência rumo ao Norte em busca de liberdade (Davis, 2016, p. 35).

Em muitos casos, a resistência envolvia ações mais sutis do que revoltas, fugas e sabotagens. Incluía, por exemplo, aprender a ler e a escrever de forma clandestina, bem como a transmissão desse conhecimento aos demais. Em Natchez, Louisiana, uma escrava comandava uma “escola noturna”, dando aulas a seu povo das onze horas da noite às duas da manhã, de maneira que conseguiu “formar” centenas de pessoas (Davis, 2016, p. 37).

Ler essa passagem de Angela Davis (2016), me fez refletir sobre a força impressionante dessas mulheres negras. Foi inspirador perceber como, em meio a tanta adversidade, elas ainda encontravam maneiras de resistir e apoiar umas às outras. Apesar da tristeza e revolta pelas condições em que viviam, ver a coragem me trouxe uma sensação de esperança, a ideia de que o que fazemos hoje também pode gerar mudanças significativas, assim como elas fizeram.

Após finalizar o texto, fica uma mistura de sentimentos. Por um lado, é ótimo o sentimento de finalmente entender o porquê das coisas serem como são e poder compartilhar isso com amigos e familiares. Por outro, fica a indignação pelas coisas serem como são e como tudo isso se formou. Sendo um exemplo disso, a ideia da mulher negra promíscua e o homem negro estuprador.

O mito do estuprador negro de mulheres brancas é irmão gêmeo do mito da mulher negra má – ambos elaborados para servir de desculpa e para facilitar a exploração continuada de homens negros e de mulheres negras. As mulheres negras perceberam esse vínculo de modo muito claro e desde o começo se colocaram na dianteira da luta contra os linchamentos (Davis, 2016, p.173).

A imagem fictícia do homem negro como estuprador sempre fortaleceu sua companheira inseparável: a imagem da mulher negra como cronicamente

promíscua. Uma vez aceita a noção de que os homens negros trazem em si compulsões sexuais irresistíveis e animais, toda a raça é investida de bestialidade. (Davis, 2016, p.179).

Ao falar sobre a imagem fictícia do homem negro como estuprador e a imagem da mulher negra cronicamente promíscua como irmãos gêmeos, Davis (2016) aborda um ponto muito interessante. Esse mito da “mulata sedutora”, ainda presente na mídia em expressões como “a cor do pecado”, é profundamente analisado por Lélia Gonzalez (1984), onde a intelectual traz a figura da mucama, descrita como uma escrava jovem e de estimação, que realizava serviços domésticos, mas também era forçada a satisfazer os desejos sexuais dos senhores, gerando um sistema de violência e exploração. Segundo Gonzalez (1984), essa figura evolui para dois estereótipos contemporâneos: a “mulata” exaltada no carnaval pela sensualidade e a “doméstica” desvalorizada em seu cotidiano. Assim, esses estereótipos de promiscuidade e submissão tornam-se instrumentos de opressão, deslegitimando as violências sofridas pela mulher negra.

Por fim, esses estereótipos possuem uma função social perversa, como explica Davis (2016) ao abordar o “mito do homem negro estuprador”. Esse mito serve para justificar a violência e os linchamentos contra homens negros, ao passo que o mito da mulher negra promíscua busca legitimar abusos contra ela, desconsiderando suas dores e resistências. Em conjunto, esses estereótipos atuam para reforçar a marginalização do povo negro, silenciando e invisibilizando suas lutas e dignidade.

São fatores que foram naturalizados na sociedade brasileira e acabam passando despercebidos por muitos, mas quando você entende o que está por trás dessa ideia, é impossível não apresentar um sentimento de revolta. Esses trechos do livro de Davis (2016), reforçam a brutalidade das construções sociais que sustentam os estereótipos raciais e de gênero que ainda moldam a sociedade. A ideia da mulher negra promíscua e do homem negro como estuprador não só reforça o racismo, como também perpétua uma violência

psicológica e estrutural contra corpos negros. Sendo revoltante e inaceitável a sua presença na nossa sociedade.

Nesse contexto, a importância da resistência a essa estrutura que molda a sociedade se torna ainda mais evidente. Ao refletirmos sobre o papel crucial do feminismo negro na luta antirracista, Sueli Carneiro (2003, p.13) observa que o feminismo negro “engendrou formas de resistência e superação tão ou mais contundentes”. Ao enfrentarem a interseção do racismo e do sexismo, não apenas se tornam alvo de uma exclusão social cruel, mas também se tornam protagonistas de suas próprias histórias de resistência. A luta das mulheres negras é uma resposta contundente à opressão, que não só desafia as estruturas que as marginalizam, mas também redefine o entendimento de resistência.

Segundo Ribeiro (2017, p. 11), “Pensar em feminismo negro é justamente romper com a cisão criada numa sociedade desigual. Logo, é pensar projetos, novos marcos civilizatórios, para que pensemos um novo modelo de sociedade”. Nesse sentido, é de grande importância que homens negros e todos os outros grupos minoritários estejam ao lado dessas mulheres, construindo juntos um movimento antirracista e feminista que desafie as injustiças sociais.

#### 4 Repercutindo as construções teórico-emocionais

A presente seção apresenta a análise sistemática das emoções destacadas nas produções autorais discentes (Quadro 1). A investigação contemplou a identificação das emoções; as autorias utilizadas para suporte à construção teórica; e os temas levantados, de acordo à noção de conhecimento situado.

Quadro 1 – Resumo por categorias de análise

Discente	Categorias		
	Emoções	Autorias	Temas
Escritora 1	Fúria;	Gonzalez (1984);	Violências de gênero na escravidão; Exploração reprodutiva;

	Admiração; Impotência; Tomada de consciência; Devastação; Inquietação.	Ferreira, Concha e Aras (2024); Akotirene (2019);	Tentativas de resistência; Aborto como estratégia; Exploração do trabalho no pós-abolição; Racismo no movimento sufragista; Afirmação no feminismo acadêmico; Interseccionalidade Organização para a luta; A Administração e estudos interseccionais
Escritora 2	Incômodo; Tristeza; Nojo; Revolta; Vulnerabilidade; Orgulho	Akotirene (2019); Collins (2017); Ribeiro (2017); Gonzalez (1984)	Superexploração e desumanização Colonialismo europeu Racismo e sexismo na sociedade brasileira Exploração reprodutiva Violência sexual e física Interseccionalidade Estupro Minimização do estupro Estereótipo de lascívia Estratégias de sobrevivência e resistência Empreendedorismo Intelectualidade negra
Escritor 3	Insegurança; Esperança; Admiração; Tristeza; Misto de sentimentos; Revolta; Frustração.	Barreto (2022); Fanon (2008); Akotirene (2019); Jesus (2014); Gonzalez (1984); Carneiro (2003); Ribeiro (2017)	Masculinidade (negra) e emoção Construção de masculinidade negra e vivências Assimilação à noção masculinista Machismo no movimento negro Primeiro contato com leitura sobre e de mulher negra Racismo e planejamento urbano Autorias feministas negras na graduação Resistência, rebeldia no colonialismo. Estereótipo e fetichização de corpos negros Contribuições do feminismo negro

Fonte: Elaboração própria (2025).

A proposta foi mapear tanto os elementos recorrentes quanto as singularidades, revelando nuances de gênero e estilo na abordagem das emoções.

4.1 Emoções

Ao total, 19 emoções foram evocadas (Quadro 1), sendo que três emoções se repetiram: admiração, tristeza e revolta. Excluindo a duplicação desses itens, 16 emoções foram analisadas seguindo a proposta de Accioly e Athayde (1996), conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Classificação das emoções, conforme Accioly e Athayde (1996)



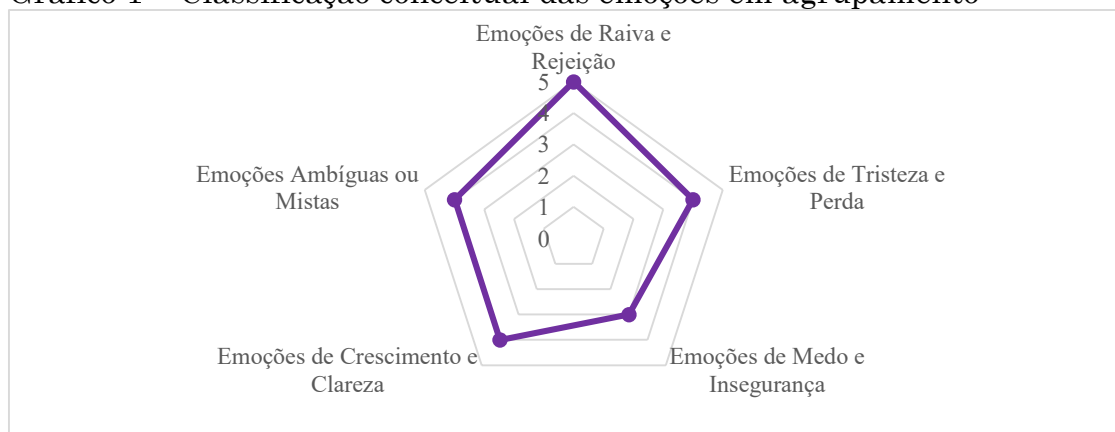
<b>Emoção</b>	<b>Espécie</b>	<b>Origem</b>	<b>Movimento Interpessoal</b>	<b>Propriocepção</b>
Fúria/Raiva	Básica	Inata	Disjuntiva	Disforizante
Admiração	Variação	Programada	Conjuntiva	Euforizante
Impotência	Variação	Programada	Disjuntiva	Disforizante
Tomada de consciência	Variação	Programada	Conjuntiva	Euforizante
Devastação	Variação	Programada	Disjuntiva	Disforizante
Inquietação	Variação	Programada	Disjuntiva	Disforizante
Incômodo	Variação	Programada	Disjuntiva	Disforizante
Tristeza	Básica	Inata	Disjuntiva	Disforizante
Nojo	Básica	Inata	Disjuntiva	Disforizante
Revolta	Variação	Programada	Disjuntiva	Disforizante
Vulnerabilidade	Variação	Programada	Disjuntiva	Disforizante
Orgulho	Variação	Programada	Conjuntiva	Euforizante
Esperança	Variação	Programada	Conjuntiva	Euforizante
Insegurança	Variação	Programada	Disjuntiva	Disforizante
Misto de sentimentos	Variação	Programada	Disjuntiva	Disforizante
Frustração	Variação	Programada	Disjuntiva	Disforizante

Fonte: Elaboração própria (2025).

Em relação à espécie, apenas três são emoções básicas (fúria/raiva; tristeza; nojo), enquanto as demais são variações. Por exemplo, “tomada de consciência” e “misto de sentimentos” podem ser consideradas metaemocionais ou compostas, pois condensam combinações, desdobramentos mais complexos. Já “devastação” como uma variação de tristeza; “inquietação”, de medo; “revolta”, de raiva; e “frustração” como variação de raiva/tristeza. Quanto à origem, o cenário é similar à classificação de emoção básica, ou seja, fúria/raiva; tristeza; e nojo são consideradas inatas; em contraste com as outras 13 emoções programadas, formadas a partir de componentes culturais, sociais ou cognitivos mais elaborados. Quanto ao movimento interpessoal, 4 emoções podem ser consideradas conjuntivas (admiração; tomada de consciência; esperança; orgulho) com o potencial de aproximar as pessoas etc., em contraste com as outras 12 emoções disjuntivas que tendem a afastar, gerar conflito ou isolamento. Em relação à propriocepção, o cenário do movimento interpessoal se repete. Assim, podemos confirmar que admiração; tomada de consciência; esperança; e orgulho geram bem-estar e motivação (euforizantes) e as demais geram mal-estar, sofrimento psíquico (disforizantes).

Nesse sentido, nossa análise também incorporou a categorização das emoções em cinco grupos conceituais com base em suas similaridades: i) raiva e rejeição; ii) tristeza e experiência de perda; iii) medo e insegurança; iv) crescimento pessoal e clareza; v) emoções mistas ou ambíguas (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Classificação conceitual das emoções em agrupamento



Fonte: Elaboração própria (2025).

O primeiro grupo reuniu as emoções de raiva e rejeição, compostas por fúria/raiva, revolta, frustração, nojo e incômodo. Essas emoções caracterizam-se por respostas intensas a situações percebidas como ofensivas, injustas ou aversivas, geralmente acompanhadas de impulsos de enfrentamento ou afastamento. O segundo grupo condensou emoções associadas à tristeza e à experiência de perda, como tristeza, devastação, impotência e o misto de sentimentos. Tais emoções foram desencadeadas pela experiência de sofrimento, ausência, ou perda significativa durante as leituras e estão relacionadas à vulnerabilidade emocional e à introspecção. O terceiro conjunto considerou as emoções vinculadas ao medo e à insegurança, incluindo insegurança, vulnerabilidade e inquietação. Essas emoções manifestam-se em contextos de instabilidade, ameaça percebida ou ausência de controle, e refletem estados psicológicos de alerta e defesa. Em contraste, o grupo de emoções relacionadas ao crescimento pessoal e à clareza cognitiva abrange tomada de consciência, esperança, orgulho e admiração. Este

conjunto está associado a experiências de transformação positiva, autorreflexão, motivação e reconhecimento de valores internos ou externos.

Por fim, é possível identificar um grupo de emoções mistas ou ambíguas, como misto de sentimentos, inquietação, incômodo e novamente a tomada de consciência, que revelam a complexidade da vivência emocional humana e indicam estados transicionais ou ambivalentes. Logo, essa categorização contribui para uma compreensão mais aprofundada das dimensões emocionais, favorecendo tanto a análise quanto o desenvolvimento de estratégias de acolhimento, expressão ou intervenção emocional nas práticas pedagógicas aplicadas na Iniciação Científica.

#### **4.2 Autorias utilizadas**

As autorias utilizadas foram em sua maioria trabalhadas ou indicadas nos ciclos formativos da Iniciação Científica. Vale ressaltar que, em termos gerais, Gonzalez (1984) e Akotirene (2019) foram as únicas autorias utilizadas de forma unânime. Em seguida, Ribeiro (2017) que foi referenciada em duas construções textuais (Escritora 2 e Escritor 3).

Na reflexão da Escritora 1, o diálogo é feito com Gonzalez (1984), Akotirene (2019) e Ferreira, Concha e Aras (2024) para discutir Davis (2016). As reflexões de Gonzalez (1984) foram usadas para criticar o mito da democracia racial brasileira e a marginalização das mulheres negras. Carla Akotirene (2019) possibilitou aproximar o conceito de interseccionalidade como prática teórico-política. Ferreira, Concha e Aras (2024) ofereceram uma leitura com foco nas desigualdades acadêmicas e na necessidade da teoria interseccional compor os currículos dos cursos de graduação.

Na visão da Escritora 2, a discussão foi facilitada com o apoio de Akotirene (2019), Collins (2017), Ribeiro (2017) e Gonzalez (1984) que enfatizam as realidades brasileiras e afro-diaspóricas. Gonzalez (1984) e Collins (2017) foram usadas para demonstrar como a hipersexualização serve como instrumento de dominação e controle. Collins (2017) e Akotirene (2019), para destacar a interseccionalidade como chave analítica fundamental para

múltiplas violências e suas articulações. Ademais, Gonzalez (1984) e Ribeiro (2017) foram retomadas para enfatizar a capacidade de reinvenção, organização e produção de conhecimento por parte da mulheridades negras.

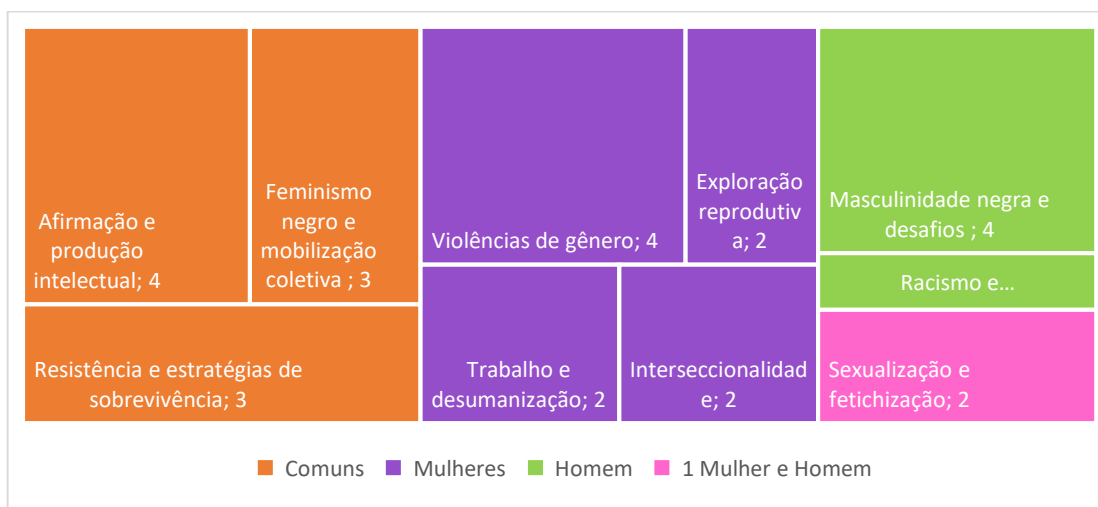
Na percepção do Escritor 3, autorias negras como Barreto (2022), Fanon (2008), Akotirene (2019), Jesus (2014), Gonzalez (1984), Carneiro (2003) e Ribeiro (2017). A construção da masculinidade negra surge um ponto de conexão entre Davis (2016), Fanon (2008) e Barreto (2022) para apontar que a assimilação aos padrões masculinos dominantes, incidem no machismo dentro do próprio movimento negro (Carneiro, 2003; Akotirene, 2019). Além disso, destacam-se as autorias feministas negras Jesus (2014), Gonzalez (1984) e Ribeiro (2017) como ponto de virada na trajetória acadêmica enquanto sujeito racializado.

Dessa forma, compreende-se que ao integrar tais autorias à leitura de Davis (2016), torna-se possível construir uma análise mais crítica, situada e comprometida com a transformação social. Não se trata apenas de complementar a obra de Davis, mas de fazer com que ela dialogue com experiências e saberes do Sul Global, afirmando a centralidade das mulheres negras como produtoras de conhecimento e agentes de resistência.

#### **4.3 Temas abordados**

Considerando a codificação dos temas (Gráfico 2), foi realizada a codificação de temas em comum; os que foram tratados exclusivamente pelas escritoras; os que apenas o escritor abordou; os que cruzam o discurso de pelo menos uma escritora e o escritor; e os que surgiram de maneira singular em cada produção.

Gráfico 2 – Relação entre temáticas e (re)incidência, segundo gênero



Fonte: Elaboração própria (2025).

O tema comum “feminismo negro e mobilização coletiva” revelou três linhas principais: a organização da luta, o racismo e sexismo na sociedade brasileira e as contribuições do feminismo negro. Já “resistência e estratégias de sobrevivência” destacou o aborto, a rebeldia e a força das mulheres negras no contexto colonial. Enquanto o tema “afirmação e produção intelectual” abordou a intelectualidade, o feminismo acadêmico e a leitura de autoras negras na graduação.

Sobre a classificação de temas que as discentes trataram, ligados às experiências femininas, observou-se: violências de gênero; exploração reprodutiva; trabalho e desumanização; e interseccionalidade. O tema “violência de gênero” incluiu a escravidão, estupro e violências físicas naturalizadas. A “exploração reprodutiva” tratou da gravidez forçada de escravizadas para lucro dos senhores. O código “trabalho e a desumanização” englobou a exclusão cidadã e desigualdade laboral pós-abolição. E a “interseccionalidade”, foi o último tema comum apenas às mulheres.

Quanto às discussões exclusivas ao bolsista, o primeiro foi “masculinidade negra e desafios” que apresentou 4 temas (masculinidade negra sob contextos históricos e sociais, os impactos emocionais dessa construção, as tensões com modelos hegemônicos de masculinidade e as contradições presentes dentro do próprio movimento negro); e a segunda foi

“racismo e planejamento urbano” que problematizou o processo de favelização e o impedimento à cidadania.

Por fim, destacam-se temas que pelo menos uma escritora e o escritor abordaram que foram o estereótipo de lascívia; e estereótipos e fetichização dos corpos negros, codificados como “sexualização e fetichização”. Esse tema aborda como os corpos negros, especialmente os femininos, reforçando violências simbólicas e reais.

Vale destacar ainda temas que não se repetiram. Isto é, a Escritora 1 foi a única a problematizar o “racismo no movimento sufragista”; e a “Administração e estudos interseccionais”. Enquanto a Escritora 2 destacou o “colonialismo europeu” e o “empreendedorismo”. E apenas o Escritor 3 questionou o “racismo e planejamento urbano”, considerando o racismo estrutural na distribuição de recursos e oportunidades nas cidades.

## 5 Considerações finais

A análise empreendida ao longo deste trabalho permitiu uma compreensão ampliada sobre as dimensões teórico-emocionais mobilizadas por discentes da Iniciação Científica ao interagirem com autorias negras e com a obra *Mulheres, Raça e Classe* (Davis, 2016). A análise das construções textuais discentes evidenciou a potência do entrelaçamento entre emoção, cognição e formação crítica.

Ao categorizar 19 emoções evocadas nas produções, com base em Accioly e Athayde (1996), foi possível observar a predominância de emoções programadas, disjuntivas e disforizantes, revelando o impacto afetivo das temáticas abordadas — sobretudo em relação às intersecções entre racismo, sexismo e desigualdade social. As emoções conjuntivas e euforizantes, como esperança, orgulho e tomada de consciência também se fizeram presentes, apontando para a possibilidade de elaboração crítica, fortalecimento subjetivo e engajamento político a partir da leitura de autoras e autores negros. Essa ambivalência emocional não apenas reflete a densidade dos conteúdos

trabalhados, mas também evidencia os processos de sensibilização e subjetivação vivenciados no exercício da escrita acadêmica.

As autorias mobilizadas — em especial Gonzalez (1984) e Akotirene (2019), citadas nas três produções — revelam o papel estruturante do pensamento feminista negro na mediação das reflexões propostas. Além disso, as diferenças observadas na seleção temática entre as/o discentes reforçam a relevância do conhecimento situado na forma como certos temas são percebidos e elaborados. Questões como violência de gênero, exploração reprodutiva e interseccionalidade emergiram prioritariamente nas produções femininas, enquanto os temas da masculinidade negra e do racismo urbano foram centrais na produção masculina, revelando marcadores sociais que atravessam o campo da leitura e da escrita acadêmica.

A categorização dos temas comuns, exclusivos e não recorrentes evidenciou não apenas convergências interpretativas, mas também singularidades formativas que se expressam nas experiências de leitura e elaboração crítica. Com isso, reafirma-se a importância de práticas pedagógicas que reconheçam as emoções como dimensão constituinte do processo de aprendizagem e produção de conhecimento, em especial no âmbito das ciências humanas e sociais.

Em síntese, este estudo reforça que o trabalho com autorias negras, aliado a uma abordagem que valoriza as dimensões emocionais da escrita, contribui para a formação de sujeitos mais críticos, éticos e afetivamente envolvidos com os debates sociais. Tal perspectiva amplia a compreensão do que significa “formar para a pesquisa” e convida a academia a pensar a escrita não apenas como produção técnica, mas como prática política.

## Referências

ACCIOLY, Jessé; ATHAIDE, Angelina de. *Educação emocional: o caminho para a competência emocional*. Salvador: Gráfica Santa Helena, 1996.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro. Pólen, 2019.

ANDERY, M. A; SÉRIO, T. M. A. Há uma ordem imutável na natureza e o conhecimento a reflete: Augusto Comte. In: ANDERY, M. A. et al. *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

ANZALDUA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 08, n. 01, p. 229-236, 2000.

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. *Revista Estudos Feministas*, 3 (2), 1995, 458-463.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, Aldeir. *Masculinidade negra e a colonização: ecos do passado no presente*. Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, São Luiz, v. 05, n. 12, p. 183-198, jan/jun, 2022.

CARNEIRO, Sueli. *Mulheres em movimento*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-130, set. 2003.

COLLINS, Patricia Hill. *Se perdeu na tradução?: feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória*. Parágrafo, v. 5, n. 1, p. 11, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. E-book.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Andressa de S. S.; CONCHA, Elisangela S. de A.; ARAS, Lina M. B. de. “E EU NÃO SOU UMA INTELLECTUAL?”: A AFIRMAÇÃO DA MULHER NEGRA NO FEMINISMO ACADÊMICO. *Revista Feminismos*, [S. l.], v. 11, n. 2, 2024. DOI: 10.9771/rf.v11i2.57061. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/57061/32552>. Acesso em: 18 fev. 2025.

FERREIRA, Andressa. de S. S.; ARAÚJO, Rosângela. J. C. .; SOUZA, Sofia S. de. Memórias e espelhamentos sobre “tornar-se negra” fazendo docência no ensino superior. *ODEERE, [S. l.]*, v. 9, n. 3, p. 114-133, 2024.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, v. 5, pp. 07-41, 1995.



HARDING, Sandra. *Ciencia y feminismo*. Tradução de Pablo Manzano. Madrid: Ediciones Morata, S.L., 1996.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014. 199 p.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; 2017.

Recebido em junho de 2025.  
Aprovado em julho de 2025.